



EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 054/2026

MODALIDADE E Nº:

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

TIPO:	MENOR PREÇO GLOBAL
MODO DE DISPUTA:	ABERTO
LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:	Dia 25/03/2026 às 09h29min (horário de Brasília)
ABERTURA DA SESSÃO DA CONCORRÊNCIA:	Dia 25/03/2026 às 09h30min (horário de Brasília)
SITE PARA REALIZAÇÃO DA CONCORRÊNCIA:	https://www.licitanet.com.br/ .

O edital e todos os seus anexos serão publicados no Portal da Transparência do Município, no sítio eletrônico de licitações adotado e no SICAP-LCO/TCE-TO, observados os prazos legais de divulgação, garantindo ampla publicidade e acesso irrestrito.



SUMÁRIO

1. PREÂMBULO
2. DO OBJETO
3. DO CREDENCIAMENTO
4. DA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA (Condições e Vedações – Arts. 14 e 55 da Lei 14.133/2021)
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
- 8. DA ACEITABILIDADE E DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA VENCEDORA (CRITÉRIOS DE QUALIDADE)**
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO (Art. 62 da Lei 14.133/2021)
10. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Regularidade e Qualificação – Arts. 66 a 70 da Lei 14.133/2021)
11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
12. DOS RECURSOS
13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
16. DA FISCALIZAÇÃO, GESTÃO E PAGAMENTO (Art. 25 da Lei 14.133/2021)
17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO CONTRATO
18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
19. ANEXOS



1. PREÂMBULO

OBJETO Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de construção de uma quadra poliesportiva no setor Alto Bonito, conforme contrato de repasse número 983211/2025/MCIDADES/CAIXA e demais serviços complementares necessários à perfeita execução da obra, conforme projetos, planilhas orçamentárias, memorial descritivo e cronograma físico-financeiro.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para participar, o licitante deverá estar credenciado no sistema “CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA” através do site <https://www.licitanet.com.br/>.

3.2. O credenciamento implica na responsabilidade legal do licitante e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Concorrência na forma eletrônica.

4. DA PARTICIPAÇÃO DA CONCORRÊNCIA: CONDIÇÕES (“Art. 14 da Lei nº 14.133/2021”)

4.1. Condições de Participação: Poderão participar deste certame os interessados pessoas jurídicas que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

4.1.1. A declaração de conhecimento do local tem caráter **meramente declaratório, não constitui requisito de habilitação e sua ausência não ensejará inabilitação ou desclassificação**, conforme o art. 63, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

4.1.2. Tratamento Diferenciado para ME/EPP (Art. 4º, lei 14.133/2021): O licitante que se enquadrar como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP) deverá manifestar tal condição em campo próprio do sistema e declarar que, no ano-calendário, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para o seu enquadramento.

4.2. Condições de Não Participação e Vedações (Art. 14 da Lei nº 14.133/2021) Não poderão participar deste CERTAME ELETRÔNICO as empresas enquadradas nas situações previstas no Art. 14 da Lei nº 14.133/2021, tais como:

- (I). Não atender às condições deste Edital;
- (II) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil;
- (III) Enquadrar-se nas vedações do Art. 55;
- (IV) Autor do anteprojeto ou empresas vinculadas;
- (V) Encontrar-se impossibilitado de participar em decorrência de sanção;
- (VI) Empresas controladoras, controladas ou coligadas concorrendo entre si;
- (VII) Condenado por exploração de trabalho infantil/análogo ao escravo;
- (VIII) Conflito de Interesses.

5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME



5.1. O certame será conduzido por Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe a condução da sessão pública, julgamento das propostas, habilitação, saneamento de falhas formais e encaminhamento do processo para adjudicação e homologação.

I. Tomar decisões em prol da boa condução da licitação, dar impulso ao procedimento, inclusive por meio de demandas às áreas das unidades de contratações, descentralizadas ou não, para fins de saneamento da fase preparatória, caso necessário;

II. Acompanhar os trâmites da licitação e promover diligências, se for o caso;

III. Conduzir e coordenar a sessão pública da licitação e promover as seguintes ações:

a) Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário (Art. 164, **lei 14.133/2021**);

b) Verificar a conformidade da proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no edital;

c) Verificar e julgar as condições de habilitação;

d) Sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas (Art. 12, III, **lei 14.133/2021**);

e) Encaminhar à Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021., quando for o caso:

1. Os documentos de habilitação, caso se verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, conforme o disposto no § 1º do art. 64 da Lei nº 14.133/ 2021; e

2. Os documentos relativos aos procedimentos auxiliares previstos no art. 78 da Lei nº 14.133/ 2021;

f) Negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado (Art. 61, **lei 14.133/2021**);

g) Indicar o vencedor do certame;

h) Conduzir os trabalhos da equipe do Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021.; e

i) Encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e para homologação.

5.2. O Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021. Será auxiliado, sempre que necessário, por equipe do Agente de Contratação, formada por servidores devidamente qualificados integrantes das secretarias municipais, respondendo individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

5.3. O Agente de Contratação poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

6. DA PROPOSTA CADASTRADA NO SISTEMA ELETRÔNICO



6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação ocorrerá após as etapas de apresentação de propostas e lances e de julgamento (Art. 17, V, **lei 14.133/2021**). Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://licitanet.com.br/>), a proposta com a “descrição detalhada do objeto ofertado”, incluindo quantidade, preço e a marca (conforme solicita o sistema), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente a etapa de envio dessa documentação;

6.2. Na alimentação da proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá inserir apenas a descrição do objeto, marca (quando exigida pelo sistema), modelo e valor, sendo vedada qualquer identificação da empresa ou de seus representantes.

6.2.1. As propostas cadastradas no Sistema não devem conter nenhuma identificação da empresa proponente, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas;

6.2.2. Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será desclassificada pelo Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021.;

6.2.3. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública;

6.2.4. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do Termo de Referência, prevalecerão as últimas;

6.2.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

6.2.6. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subseqüentes lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. No horário estabelecido neste Edital, o Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021. abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no edital;

7.2. O Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021. poderá suspender a sessão para visualizar e analisar,



preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis;

7.3. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou **manifestadamente inexecutável** (Art. 59, da lei 14.133/2021), o Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então DESCLASSIFICARÁ;

7.4. O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade;

7.5. As licitantes deverão manter a impessoalidade, não se identificando, sob pena de serem desclassificadas do certame pelo Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021.;

7.6. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site www.licitanet.com.br, conforme Edital;

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema;

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta está definido no Termo de Referência;

7.10. O modo de disputa adotado será **ABERTO**, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;

7.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

7.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente;

7.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, assessorado pela equipe do Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021., justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;



- 7.15.** Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Termo de Referência.
- 7.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 7.17.** Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;
- 7.18.** Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021. poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;
- 7.19.** A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;
- 7.20.** No caso de desconexão com o Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021., no decorrer da etapa competitiva da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA”, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;
- 7.21.** O Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021., quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;
- 7.22.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021. persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas (24) vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021. aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://www.licitanet.com.br/>;
- 7.23.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA”, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;
- 7.24.** A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante na etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;
- 7.25.** Nos casos específicos, em relação a itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, onde:
- 7.25.1.** O sistema tem coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e suas alterações;
- 7.25.2.** Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até



5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

7.25.3. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

7.25.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

7.25.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

7.25.6. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

7.26. O disposto no item supracitado somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.27. Em igualdade de condições, como critério de desempate (Art. 60, da lei 14.133/2021), será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

7.27.1. Produzidos no País;

7.27.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

7.27.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.27.4. Produzidos por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

7.27.5. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital. O Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, solicitará para todos os licitantes que, no prazo de duas horas, enviem a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, dos documentos de habilitação de acordo com o solicitado no edital.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021. Examinará a proposta



classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado no Termo de Referência.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor (Art. 59 da Lei nº 14.133/2021) que:

- a) Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou manifestamente inexecutável;
- b) Estiver em desacordo com as especificações mínimas do Termo de Referência.

8.3. Prova de Qualidade e Conformidade (Art. 58 e Art. 42, da lei 14.133/2021): O Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta, para comprovar o atendimento dos requisitos mínimos de qualidade e desempenho exigidos no Termo de Referência:

8.4. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexecutável (Art. 59, da lei 14.133/2021);

8.5. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços praticados no mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos. As cotações usadas como referência foram confeccionadas em mercado local.

8.6. O prazo estabelecido é improrrogável, salvo se o Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021. Achar conveniente e justificada a prorrogação para não tornar nulo o certame;

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021. Examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;

8.8. Havendo necessidade, o Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021. Suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade;

8.9. O Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021. Poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital;

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021. Verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO



9.1. Para habilitação dos licitantes, serão exigidos os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 (Art. 62, da lei 14.133/2021).

- a) A Administração Pública, visando garantir maior eficiência, celeridade e economicidade na condução do procedimento licitatório, estabelece no presente certame que **todos os licitantes deverão apresentar os documentos de habilitação simultaneamente**, juntamente com a proposta ou em prazo único estabelecido no edital.
- b) Tal medida tem como finalidade **agilizar os trâmites administrativos**, evitando sucessivas convocações individuais de licitantes para apresentação de documentos, o que poderia ocasionar atrasos na conclusão do certame, especialmente em procedimentos com elevado número de participantes.
- c) A adoção desse procedimento observa os princípios da **eficiência, celeridade processual, competitividade e interesse público**, previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente no art. 5º, bem como respeita a sequência das fases do processo licitatório prevista no **art. 17 da referida lei**, garantindo transparência e igualdade de condições entre todos os licitantes.
- d) Além disso, a apresentação simultânea da documentação permite **análise mais célere pela Comissão ou pelo Agente de Contratação**, reduzindo o tempo total do procedimento e possibilitando maior eficiência na contratação pública.
- e) Dessa forma, a convocação de todos os licitantes para envio dos documentos de habilitação em uma única oportunidade **não restringe a competitividade**, mas sim promove maior organização administrativa e rapidez na tramitação do processo licitatório, atendendo ao interesse público e à boa gestão dos recursos públicos.
- f) Todos os documentos em formato digital, preferencialmente em.pdf, para compor a sequência dos autos digitais, devendo ser anexados no campo "DOCUMENTOS COMPLEMENTARES" da plataforma de disputa no prazo de **02 (duas) horas**, contados da solicitação do Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021., podendo ser prorrogado, a critério do Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021., pelo tempo necessário, durante o horário de expediente do órgão.

10. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO Arts. 66 a 70 da Lei nº 14.133/2021".

10.1. Disposições Gerais:

Os documentos de habilitação serão apresentados por todos os licitantes no prazo estabelecido pelo Agente de Contratação, conforme disposto no item 9 deste edital, observando-se os arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. Habilitação Jurídica (Art. 66 da lei 14.133/2021):

A documentação consistirá em:

- I. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações em vigor, devidamente registradas, acompanhados dos documentos de eleição dos administradores, se for o caso.



II. Prova de Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis (para empresário individual) ou Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI (para MEI).

III. Decreto de autorização (para empresa ou sociedade estrangeira).

Documentação dos sócios da empresa

10.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista (Art. 67):

A documentação consistirá em:

I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – Cartão CNPJ.

II. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União).

III. Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual.

IV. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da Proponente.

V. Prova de regularidade para com o FGTS (Certidão de Regularidade do FGTS - CRF).

VI. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT).

10.3.1. Tratamento Favorecido para ME/EPP:

Havendo restrição quanto à regularidade fiscal ou trabalhista, será concedido um prazo de 05 (Cinco) dias úteis para a sua regularização, prorrogável por igual período, desde que tenha apresentado a certidão vencida ou com pendência.

10.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA conforme art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e jurisprudência consolidada do TCU e Tribunais de Contas.

A comprovação da capacidade técnico-operacional deverá demonstrar a execução mínima de **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos previstos para os itens de maior relevância técnica definidos no projeto básico, conforme entendimento consolidado dos tribunais de contas.

a) Para fins de comprovação da qualificação técnica, os licitantes deverão apresentar documentação que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

b) A comprovação será realizada mediante apresentação de **Atestado(s) de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, acompanhado(s) da respectiva **Certidão de Acervo Técnico (CAT)** emitida pelo conselho de classe competente.

c) Serão considerados **itens de maior relevância técnica**, conforme estabelecido na planilha orçamentária e memorial descritivo do projeto, aqueles que apresentam maior impacto técnico e financeiro na execução do objeto, devendo o licitante comprovar experiência anterior na execução de serviços compatíveis com os seguintes itens:

I – Execução de **pavimentação asfáltica em CBUQ**;

II – **Recapeamento ou aplicação de camada asfáltica**;



- III – **Pintura de ligação com emulsão asfáltica;**
- IV – **Compactação de camada asfáltica ou base de pavimentação;**
- V – Outros serviços considerados de maior relevância técnica e financeira conforme especificado na **planilha orçamentária do projeto.**

d) A comprovação deverá demonstrar que o licitante já executou serviços de natureza semelhante, em quantitativos compatíveis com os itens de maior relevância definidos no projeto, garantindo a capacidade técnica necessária para a adequada execução do objeto contratado.

I. Registro Profissional:

Comprovação de registro ou inscrição da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s) no **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)** competente, com jurisdição sobre o domicílio da matriz da licitante, em plena validade.

II. Capacidade Técnico-Profissional:

Apresentação de **Certidão de Acervo Técnico (CAT)**, emitida pelo CREA, em nome do(s) profissional(is) de nível superior detentor(es) de responsabilidade técnica, que comprove a execução de serviços de engenharia de características semelhantes ao objeto desta licitação, envolvendo:

III. Capacidade Técnico-Operacional:

Apresentação de 01 (um) ou mais **atestados de capacidade técnica** fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem que a licitante já executou serviços pertinentes e compatíveis em características e prazos com o objeto desta licitação.

Os atestados deverão indicar o nome do contratante, local, prazos e os serviços prestados.

IV. Declaração de Disponibilidade:

Declaração assinada pelo representante legal de que a empresa dispõe de equipe técnica, **instalações e aparelhamento técnico adequados e disponíveis para a realização dos serviços no prazo estipulado.**

10.5. Qualificação Econômico-Financeira (Art. 69, da lei 14.133/2021):

A documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira consistirá em :

I. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. A existência de recuperação judicial não implicará, por si só, inabilitação do licitante, devendo ser analisada a viabilidade econômico-financeira conforme entendimento do TCE-TO e do TCU.

II. Balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, referentes ao último exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira do licitante.



III. Índices Contábeis Objetivos (Art. 69,): O licitante deverá comprovar sua boa situação financeira por meio dos seguintes índices contábeis, que deverão ser apresentados com valor igual ou superior ao limite mínimo:

LG = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) /
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)
SG = Ativo Total /
(Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)
ET = Passivo Total / Ativo Total

Índice	Padrão
LG	$\geq 1,00$
SG	$\geq 1,00$
ET	$\leq 0,80$

10.6 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação o Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta das autenticidades dos documentos apresentados ao seguinte cadastro em nome da empresa e dos sócios:

- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([HTTPS://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis](https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis)); e
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- A Consulta, referentes a punições vigentes contidas nos Sistemas Correcionais (ePAD, CGU-PAD, CGU-PJ e Banco de Sanções) e nos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, bem como de procedimentos acusatórios em andamento em desfavor do ente privado.
- Sendo de responsabilidade de o licitante apresentar a comprovação.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

“As exigências de assinatura, rubrica e identificação do licitante somente serão aplicáveis à proposta final ajustada do licitante vencedor.

11.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;



- 11.2.** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;
- 11.3.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso;
- 11.4.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como, validade da proposta, marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada;
- 11.5.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso;
- 11.6.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros;
- 11.7.** No caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos;
- 11.8.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação;
- 11.9.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12. DOS RECURSOS

- 12.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema (Art. 165, I, da lei 14.133/2021);
- 12.2.** Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021. verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente. Nesse momento o Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021. não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;
- 12.3.** A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito;
- 12.4.** Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **03 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses (Art. 165, § 4º, da lei 14.133/2021);
- 12.5.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



12.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

13.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances;

13.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta;

13.4. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat").

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021., caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados;

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Conforme os Artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 e jurisprudência do TCE-TO:

15.1. Tipificação das Infrações: O licitante será sancionado se:

Dar causa à inexecução parcial ou total do contrato.

Deixar de entregar a documentação exigida.

Não mantiver a proposta (salvo por fato superveniente aceito).

Apresentar documentação falsa ou comportar-se de modo inidôneo.

Fraudar a licitação ou praticar atos ilícitos (Lei Anticorrupção).

15.2. Sanções Aplicáveis:

Advertência: Para faltas leves.

A multa poderá variar de **0,5% a 5% do valor do contrato**, observados os critérios do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

Impedimento de Licitar e Contratar: Até 3 anos (âmbito da Administração direta e indireta do Município).



Declaração de Inidoneidade: De 3 a 6 anos (válido para todos os entes da Federação).

15.3. Critérios para Aplicação das Sanções: Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156, § 1º, da lei 14.133/2021):

- I. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II. As peculiaridades do caso concreto;
- III. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15.4. Penalidade de Multa: A multa poderá variar de 0,5% (meio por cento) a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, conforme a gravidade da infração, observado o contraditório e a ampla defesa.

16. A FISCALIZAÇÃO, GESTÃO E PAGAMENTO (Arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021)

16.1. Do Modelo de Gestão e Fiscalização (Arts. 92, 117 e 140 da lei 14.133/2021– Fiscalização e Gestão):

A execução do objeto será rigorosamente acompanhada e fiscalizada pela Administração, por meio de servidores formalmente designados para as funções de Gestor do Contrato, Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo. A Contratada deverá atender imediatamente a todas as determinações regulares da fiscalização.

16.2 Das Condições de Pagamento Art. 92, XIV da Lei 14.133/2021 – Condições de pagamento.

O pagamento será efetuado mediante a Comprovada a execução dos serviços através de medição aprovada pela fiscalização.

.17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO CONTRATO

17.1. O prazo de execução da obra será de 04 (quatro) meses, conforme cronograma físico-financeiro, e a vigência contratual será de 08 (oito) meses, contados da assinatura do contrato.

17.2. Execução do Objeto: A execução do objeto contratual deverá seguir integralmente as condições do Termo de Referência e demais anexos do Edital, sob supervisão da fiscalização técnica e administrativa designada pela Prefeitura Municipal.

17.3. Alterações Contratuais: Qualquer alteração no contrato deverá ser formalizada por termo aditivo, observando os limites previstos “observando os arts. **124 a 136** da Lei nº 14.133/2021.”.

17.4. Condições de Pagamento: O pagamento será efetuado após a execução dos serviços, mediante apresentação de nota fiscal e atesto do Fiscal Administrativo



designado, em até 30 (trinta) dias úteis, observado o disposto no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

17.5. Responsabilidades da Contratada: A contratada deverá cumprir integralmente as obrigações contratuais, prazos, padrões de qualidade e demais condições previstas neste Edital, no Termo de Referência e no contrato, sob pena de aplicação das sanções previstas no item 15 deste Edital.

17.6. Publicidade e Transparência: O edital, seus anexos e o contrato decorrente estarão disponíveis para consulta no site oficial da Prefeitura Municipal de Tocantinópolis (www.tocantinopolis.to.gov.br) e na plataforma eletrônica de licitações www.licitanet.com.br.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital conforme **preâmbulo**;

18.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica através do site www.licitanet.com.br;

18.3. Caberá ao Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021., auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação;

18.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame;

18.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021., até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, deverão ser realizados por forma eletrônica através do sistema;

18.6. O Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021. Responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos;

18.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

18.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021., nos autos do processo de licitação;

18.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Da sessão pública do certame divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico;

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido,



desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021.;

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF;

19.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021. poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica (Art. 12, III, da lei 14.133/2021), mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação;

19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório;

19.7. Contagem de Prazos (Art. 183, da lei 14.133/2021): Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento (Art. 183, da lei 14.133/2021). Só se iniciam e vencem os prazos em dias e horários de expediente na Prefeitura Municipal de Tocantinópolis;

19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público;

19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as disposições deste Edital.

19.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico, <http://www.tocantinopolis.to.gov.br/>, e www.licitanet.com.br, e também poderão ser lidos ou obtidas cópias no setor de Licitações, situado na Rua da Estrela, 303, centro, Tocantinópolis/TO, CEP: 77.900-000, nos dias úteis, no horário das 07:30 às 13:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados;

19.11. O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis;

19.12. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido;

19.13. Na análise da documentação e no julgamento das Propostas Comerciais, o Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021. poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados;



19.14. Toda a documentação apresentada neste edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido;

19.15. O Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021., no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto da Lei 14.133/21;

19.16. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a inabilitação do licitante;

19.17. As decisões do Agente de Contratação, auxiliado por Equipe de Apoio, nos termos do art. 8º da Lei nº 14.133/2021. serão publicadas no site da Prefeitura Municipal, no endereço: <http://www.tocantinopolis.to.gov.br/>;

19.18. A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria;

19.19. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Tocantinópolis revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos licitantes;

19.20. O Município de Tocantinópolis poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

19.21. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Tocantinópolis-TO;

20. ANEXOS

São partes integrantes, indissociáveis e atreladas ao conteúdo deste Edital, os seguintes anexos, cujo teor vincula totalmente os licitantes :

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar (ETP)

Anexo II – Termo de Referência (TR)

Anexo III – Mapa de Preço

Anexo IV – Minuta do Contrato

Tocantinópolis - TO, 04 de março de 2026.

FABION GOMES DE SOUSA:19696213115
Assinado de forma digital
por FABION GOMES DE SOUSA:19696213115

FABION GOMES DE SOUSA
Prefeito Municipal de Tocantinópolis